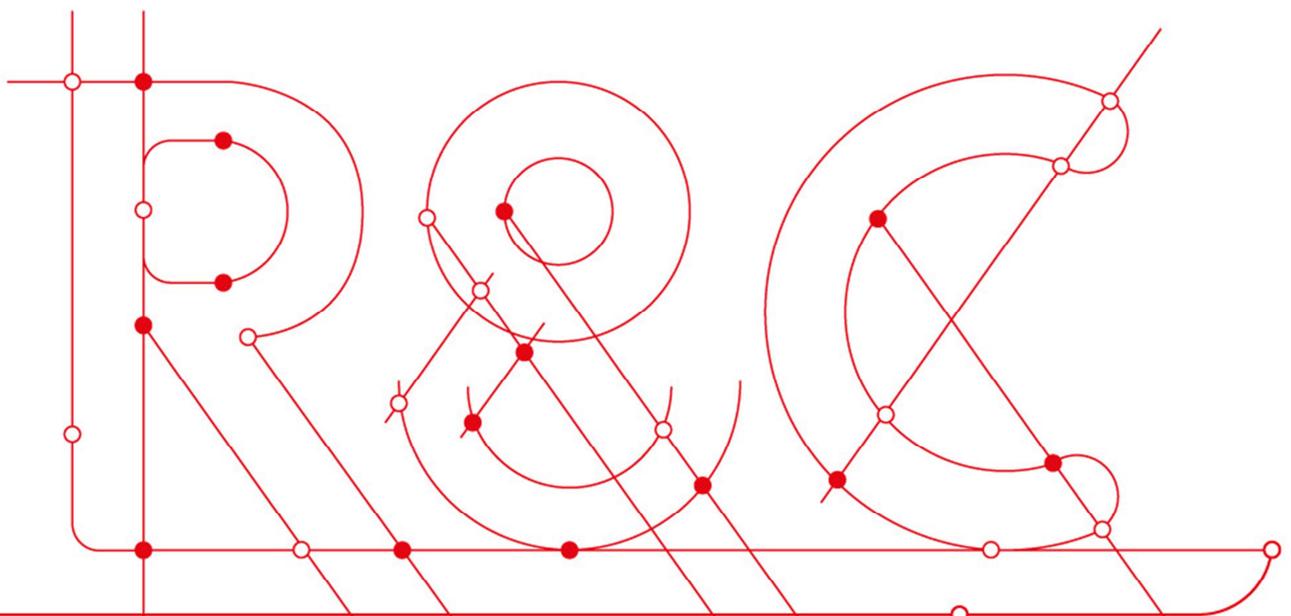


Relatório e Contas

2012



Índice

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
1. INTRODUÇÃO	6
2. GOVERNO DA SOCIEDADE	7
3. CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS	15
4. CLIENTES E SERVIÇOS	17
5. REDE PAYSHOP	19
6. MARKETING E COMUNICAÇÃO	20
7. DESENVOLVIMENTO E SUPORTE	21
8. RECURSOS HUMANOS	24
9. RESULTADOS, INVESTIMENTO e FINANCIAMENTO	25
10. PERSPETIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO	26
11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	27
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	33
1. NOTA INTRODUTÓRIA	33
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	34

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	35
3.1. Ativos fixos tangíveis	35
3.2. Concentração de atividades empresariais e goodwill	36
3.3. Ativos intangíveis	37
3.4. Participações financeiras	37
3.5. Transações e saldos em moeda estrangeira	38
3.6. Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill	39
3.7. Instrumentos financeiros	39
3.8. Resultados por ação	42
3.9. Distribuição de dividendos	42
3.10. Provisões e passivos contingentes	42
3.11. Locações	43
3.12. Rédito	43
3.13. Imposto sobre o rendimento (“IRC”)	43
3.14. Regime do acréscimo	44
3.15. Julgamentos e estimativas	45
3.16. Matérias ambientais	46
3.17. Acontecimentos subsequentes	46
4. FLUXOS DE CAIXA	47
5. PARTES RELACIONADAS	47
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	52
7. GOODWILL	53
8. ATIVOS INTANGÍVEIS	54
9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	55
10. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	56
11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	58
12. DIFERIMENTOS	61
13. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	61

14. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO	62
15. RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO	62
16. DIVIDENDOS	63
17. RESULTADOS POR AÇÃO	63
18. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS	64
19. LOCAÇÕES OPERACIONAIS	66
20. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	66
21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	67
22. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	68
23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	68
24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	69
25. GASTOS COM PESSOAL	70
26. DEPRECIACÕES/ AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS	71
27. OUTROS GASTOS E PERDAS	71
28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	71
29. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	72
30. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	72
31. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	74
32. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	74

PayShop (Portugal), S.A.

Relatório e Contas

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2012

Sede: Av. D. João II, Lote 01.12.03

1999-001 LISBOA

NIPC / Registo C.R.C: 505 231 212

Capital Social: 1.500.000 Euros

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

No exercício de 2012, a PayShop (Portugal), S.A. não foi alheia aos efeitos da atual conjuntura económica desfavorável, registando quebras tanto nos rendimentos totais e operacionais como nos indicadores de rentabilidade. Com efeito, os rendimentos operacionais desceram 4% para 15 milhões de euros e o resultado líquido desceu de 5.3 para 4.9 milhões de euros, uma quebra de 7,5%.

A nível do número global de pagamentos processados no ano, verificou-se uma diminuição de 1.5 milhões para 54.7 milhões, traduzindo-se numa diminuição de 2,6%. Esta evolução reflete em grande parte a quebra do serviço de carregamento de telemóveis, que se justifica pela redução do rendimento disponível dos consumidores e por uma maior preferência pelos meios eletrónicos de carregamentos, que continuam gratuitos.

É, também, de salientar a performance do serviço de faturas, internet related e portagens, serviços que apresentaram taxas de crescimento positivas, mas que não são suficientes para compensar a queda nos carregamentos de telemóveis que - ainda assim, continuam a ser o principal serviço da empresa.

Não obstante, o serviço de pagamentos da PayShop (Portugal), S.A. continua posicionado como o segundo meio mais utilizado pelos portugueses para pagarem as suas contas de casa. A simplicidade, conveniência e proximidade, juntamente com a não necessidade de bancarização justificam esta posição.

Em 2012, o número de pontos com serviço PayShop manteve-se próximo do objetivo definido de 4.000, situando-se a rede em 3.966, menos 28 lojistas do que no ano anterior. A angariação de novos estabelecimentos com qualidade _ que foi sempre uma preocupação da empresa _ tem-se revelado progressivamente mais difícil, persistindo os sinais de esgotamento do potencial de crescimento da rede. É, aliás, de perspetivar uma redução da dimensão da rede em 2013.

Nos termos da lei, a PayShop (Portugal) é uma empresa pública e os seus gestores são considerados gestores públicos, sendo aplicável um conjunto de legislação sobre o bom governo das sociedades e o Estatuto do Gestor Público, designadamente o DL 300/2007, o DL558/99, a RCM 49/2007 e o DL 71/2007. Desta legislação resulta um conjunto de deveres de informação e de governo, considerando o Conselho de Administração que o seu cumprimento foi prosseguido no exercício em análise.

Não fechamos esta introdução sem manifestar os nossos agradecimentos a todos os nossos stakeholders, em particular aos nossos clientes, aos colaboradores e, especialmente, aos nossos lojistas que têm sido um parceiro importante no sucesso deste meio de pagamento em Portugal.

A PayShop está integrada no Grupo CTT, capitalizando na força e oferta do grupo para melhor servir os seus lojistas.

De seguida passaremos a analisar as diversas linhas da atividade da empresa, procurando fornecer a todos os utentes da informação contida neste relatório elementos claros para o conhecimento da atividade desenvolvida no exercício de 2012.

2. GOVERNO DA SOCIEDADE

Dando cumprimento ao disposto no Art. 13^º-A b), c), d), h), i) e l)) do DL 558/99 de 17 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo DL 300/2007 de 23 de Agosto, e de competentes instruções da Direção Geral do Tesouro e Finanças, indicam-se neste capítulo os elementos solicitados.

1. Missão e Objetivos

A PayShop tem como missão desenvolver soluções de pagamento convenientes, inovadoras e sustentáveis que garantam a satisfação e a comodidade dos utilizadores, dos clientes e do retalho, oferecendo a todos soluções complementares à oferta do mercado.

Os objetivos plurianuais e anuais são definidos pelo acionista único CTT Correios de Portugal, S.A. Os objetivos mais relevantes e o seu grau de cumprimento em 2012 são os seguintes:

Rendimentos Operacionais: 15.012 mil euros. Cumprido em 95%

EBITDA: 7.005 mil euros. Cumprido em 97%

Resultado Líquido: 4.944 mil euros. Cumprido em 99,6%

Dimensão da rede PayShop: 3.966. Cumprido em 99%

2. Regulamentos Internos e Externos

Toda a regulamentação emitida pelo acionista cujo âmbito seja extensível às participadas.

É aplicável o DL 242/2012 – Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica.

3. Informação sobre transações relevantes com entidades relacionadas

Ver Nota 5 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

4. Informação sobre outras transações

A Empresa efetua as suas compras por recurso aos serviços de compras do acionista, e, na parte não aplicável, por consulta ao mercado. Considera-se que, no exercício em análise, as transações de compra com entidades externas ocorreram em condições de mercado.

Nenhum fornecedor se encontra na circunstância de representar pelo menos 5% das compras de FSE e mais de um milhão de euros.

5. Modelo de Governo e Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr. Miguel Pupo Correia

Secretário: Dr. Apollo Jorge Hung das Dores Miguéis Picado

Conselho de Administração

Presidente: Dr. André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa

Vogal: Dra. Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues

Vogal: Dra. Sílvia Maria Correia

Fiscal Único

ROC Efectivo: Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias, em representação da BDO & Associados – SROC, Lda.

ROC Suplente: Dr. Emanuel Mota Gonçalves Pereira

O Conselho de Administração é composto por três elementos, o Presidente e dois Vogais. Não existem comissões especializadas, porque a dimensão e complexidade da empresa não o justificam. Os mandatos são por três anos e o atual vigora de 2010 ao final de 2012. Todos os membros do Conselho de Administração são executivos.

O modelo adotado garante a efetiva segregação de funções de administração e de fiscalização.

O Conselho de Administração reuniu seis vezes no decurso de 2012. Como decisões mais relevantes, referem-se: aprovação das contas referentes ao exercício de 2011, incluindo a distribuição de dividendos ao acionista; alterações ao quadro de colaboradores e assuntos conexos; investimentos.

Identidade, elementos curriculares e funções de cada membro do Conselho de Administração

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa

Presidente (data de nomeação: 30 de Novembro de 2012)

Administrador / CFO dos CTT – Correios de Portugal, S.A.

Licenciado em Economia com especialização em Economia da Empresa pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, tendo diversos cursos relacionados com Banca de Investimentos, Estratégia, Liderança e Gestão de Equipas.

Iniciou a sua carreira profissional em 1996 na área de Fusões e Aquisições e Financiamentos Estruturados (Corporate Finance) no Banco Santander de Negócios Portugal tendo participado nas aquisições da Cimpor (Serrana e Cisafra) e Sonae (Cândia) no Brasil, assim como liderou a aquisição da Finca Flichman pela Sogrape na Argentina. Foi também responsável pela montagem do Management Buy Out realizado na Mailtec.

A partir de 2000 integra o Banco Santander Totta onde desempenhou os cargos de Diretor Comercial de Corporate Banking, responsável pelos maiores clientes corporativos. Passou mais tarde Diretor Executivo de Corporate Banking Portugal, sendo responsável pela implementação em Portugal do Modelo de Relação Global

do Banco Santander. Neste período, apoiou alguns dos principais clientes do Banco em transações relevantes como foi o caso da aquisição do restante capital da Modelo Continente pela Sonae à Carrefour ou a compra de uma participação de 33,34% na Galp Energia por parte do Grupo Américo Amorim.

Desde 2007 e até ingressar nos CTT, era o Diretor Coordenador de Dívida Estruturada, Mercados de Dívida e Financiamento de Ativos do Santander em Portugal. Nesta função, coordenou a participação do Banco Santander como Mandated Lead Arranger no financiamento em project finance de alguns dos principais projetos realizados em Portugal (Parque Solar de Moura, ENEOP, Geneng, etc.), assim como Bookrunner nas emissões de Eurobonds da REN, EDP, PT, entre vários.

De 1998 até 2002 foi professor assistente convidado de Estratégia Competitiva na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues

Administradora (data de nomeação: 19 de Julho de 2010)

Licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa em 1988, detém também o MBA - Finanças pela mesma Universidade, concluído em 1996, e o 32º PADE - Programa de Alta Direção de Empresas, pela AESE, em 2007.

Iniciou carreira profissional na Arthur Andersen (atual Deloitte), onde esteve de 1988 a 1991. Trabalhou durante 5 anos em análise financeira e gestão de clientes em empresas do sector financeiro, como a Lusoleasing (atualmente, grupo Millenniumbcp) e Deutsche Bank SFAC. Em 1997, integrou o Grupo Luís Simões como Diretora de Controle Financeiro da holding LS Luís Simões SGPS, de onde saiu para constituir, em Fevereiro de 2001, a equipa fundadora da PayShop (Portugal), S.A., onde é administradora desde 2002 e CEO desde 2006.

Sílvia Maria Correia

Administradora (data de nomeação: 30 de Novembro de 2012)

Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) em 1995, tendo posteriormente concluído dois programas de formação de executivos, designadamente o Programa Avançado em Marketing pela Universidade Católica em 2000 e o Curso Geral em Gestão, em 2012, pela Universidade Nova de Lisboa.

Iniciou a sua carreira profissional em 1996 como Técnica Superior no Observatório do Emprego e Formação Profissional, do Ministério da Qualificação e Emprego, integrando ainda no mesmo ano os CTT Correios de

Portugal, para desempenhar funções de gestão de produto na área financeira do Grupo. Tem assumido desde esse momento e para o referido sector de atividade, funções de crescente responsabilidade, nas quais se destacam o cargo de direção comercial desempenhado entre 2004 e 2007 e a posição de Key Account Manager de 2006 a 2012. Na atualidade, ocupa funções de direção nos serviços financeiros do Grupo CTT, posição que acumula com o cargo de vogal do Conselho de Administração da PayShop (Portugal), desde Novembro de 2012.

Funções dos membros do Conselho de Administração em outras empresas:

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa: Administrador - CFO dos CTT - Correios de Portugal, S.A.;

Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues: Não exerce cargos em outras empresas.

Sílvia Maria Correia: Diretora dos Serviços Financeiros dos CTT - Correios de Portugal, S.A.

6. Remunerações dos membros dos Órgãos Sociais

No quadro seguinte detalham-se as remunerações do Conselho de Administração em 2012.

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa (P): não remunerado. Exerce o cargo por inerência.

Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues (V1):

Sílvia Maria Correia (V2): não remunerado

	P	V1	V2
1. Remuneração			
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)		85.800	
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)		-4.290	
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)		-8.151	
1.4. Remuneração Anual Efectiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)		73.359	
1.5. Senha de presença (€)			
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)			
1.7. Remuneração variável (€)			
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)			
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€)			
2. Outras regalias e compensações			
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)		960	
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)		630,9	
2.3. Subsídio de deslocação (€)			
2.4. Subsídio de refeição (€)		2.081	
2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€)			
3. Encargos com benefícios sociais			
3.1. Regime de Protecção Social (€)		17.587	
3.2. Seguros de saúde (€)		355	
3.3. Seguros de vida (€)		224	
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)			
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)			
4. Parque Automóvel			
4.1. Marca		BMW	
4.2. Modelo		318d	
4.3. Matrícula		48-HU-00	
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)		AOV	
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)		45.078	
4.6. Ano Inicio		2009	
4.7. Ano Termo		2013	
4.8. Nº Prestações (se aplicável)		48	
4.9. Valor Residual (€)		N/A	
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)		6.289,6	
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)		1.571	
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (€)		1.800	
4.13. Outros (seguro) (€)		487,4	
5. Informações Adicionais			
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)			
5.2. Remuneração líquida Anual pelo lugar de origem (€)			
5.3. Regime de Protecção social			
5.3.1. Segurança social (s/n)			
5.3.2. Outro (indicar)			
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)			
5.5. Outras (identificar detalhadamente)			

Fiscal Único	2011**	2012
Remuneração Auferida (€)	9.900	9.900

** Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da Lei 55-A/2011 (Lei OE/2011) - N/A

7. Sustentabilidade

Na PayShop, o desenvolvimento sustentável destaca-se como um dos pilares fundamentais para a elaboração da estratégia da empresa: aos objetivos de crescimento e rentabilidade do serviço PayShop, juntam-se um conjunto de medidas de eco-eficiência – que visam contribuir para o equilíbrio ambiental -, assim como o exercício da nossa responsabilidade social através do serviço de donativos disponível na rede de lojistas.

Especialista no pagamento de “contas domésticas” através de uma rede de lojistas com relevância na comunidade e presença em todo o território nacional, a PayShop (Portugal) posiciona-se como empresa de destaque no mercado, apostando no lado humano dos pagamentos e oferecendo aos consumidores portugueses um serviço próximo, conveniente e simples, através de um portfólio diversificado de soluções de pagamento.

Como objetivos estratégicos para alcançar um crescimento sustentável destacam-se:

- Manter rentabilidade nos serviços de pagamento core da empresa
- Assegurar a satisfação dos stakeholders, colaboradores, clientes, retalho e população portuguesa utilizadora do serviço
- Garantir crescimento através de novos serviços
- Garantir elevados níveis de rentabilidade

Os objetivos anteriores implicam necessariamente uma aposta na inovação e desenvolvimento contínuos de modo a garantir elevados níveis de qualidade.

8. Cumprimento dos princípios de bom governo

Considera-se que os princípios legais de bom governo, dos quais resulta um conjunto de deveres de informação e de governo, nos termos aplicáveis à realidade da empresa, foram cumpridos no exercício em análise.

9. Código de Ética

A empresa e os seus colaboradores encontram-se vinculados ao Código de Ética emanado pelo seu acionista único, os CTT Correios de Portugal, S.A. Pode ser consultado em www.ctt.pt e www.PayShop.pt.

10. Sistema de Controlo de Riscos

A PayShop (Portugal), S.A. é regularmente auditada quer pelo Fiscal Único quer por auditores internos do seu acionista.

Presta ainda informação regular ao Banco de Portugal, sob cuja supervisão se encontra, dado o seu estatuto de Instituição de Pagamento.

11. Conflitos de Interesses

Os elementos do Conselho de Administração encontram-se vinculados por lei a entregar declarações sobre eventuais conflitos de interesse.

12. Divulgação de Informação da empresa

No portal das empresas do SEE é divulgada informação pelo acionista CTT Correios de Portugal, S.A..

Relativamente à PayShop, a informação é divulgada como segue:

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Organigrama			x	
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos órgãos sociais	x			Incluído no Relatório e Contas
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	x			Incluído no Relatório e Contas
Identificação de comissões existentes na sociedade	x			Incluído no Relatório e Contas
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			Incluído no Relatório e Contas
Remuneração dos órgãos sociais	x			Incluído no Relatório e Contas
Regulamentos Internos e Externos	x			Incluído no Relatório e Contas
Transacções fora das condições de mercado	x			Incluído no Relatório e Contas
Transacções relevantes com entidades relacionadas	x			Incluído no Relatório e Contas
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			Incluído no Relatório e Contas
Código de Ética	x			Incluído no Relatório e Contas
Relatório e Contas	x			
Provedor do cliente			x	

3. CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS

1. Objetivos de Gestão

Ver ponto 1. em 1.2. acima.

2. Gestão do Risco Financeiro

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva				A empresa não tem endividamento remunerado
Diversificação de instrumentos de financiamento			x	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			x	
Diversificação de entidades credoras			x	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			x	
Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			x	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			x	
Minimização da prestação de garantias reais			x	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			x	
Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa				
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			x	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP	x			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	x			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			x	
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			x	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			x	
Reflexão nas DF 2011 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira			x	

3. Prazo Médio de Pagamento

PMP	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
PMP a Fornecedores (dias)	38	37	37	39	41	45	40	38	39	37	37	27

4. Atrasos em Pagamentos

A empresa não tem faturas por pagar nas circunstâncias de mais de 90 dias de atraso sobre o respetivo vencimento (ver Nota 20).

5. Deveres Especiais de Informação

O reporte às autoridades competentes de informações sobre planos de atividades anuais e plurianuais, orçamento, investimento, financiamento e execução orçamental é efetuado pelo acionista CTT Correios de Portugal, S.A..

6. Cumprimento de Recomendações do Acionista

Não aplicável, na medida em que não houve recomendações emitidas pelo acionista na aprovação das contas de 2011.

7. Remunerações

Redução das remunerações do Conselho de Administração: cumprimento integral das Leis 55-A/2010 e 12-A/2010. Não foi atribuído prémio de gestão; a remuneração manteve o corte de 5% e foi efetuado um corte de 10%. Ver acima o quadro do nº 6 em 1.2.

Redução das remunerações dos colaboradores: cumprimento integral das Leis 55-A/2010 e 12-A/2010, nos seus exatos termos.

8. Contratação Pública e SNCP

Ver ponto 4 em 1.2. acima. A empresa seguirá as recomendações do seu acionista nesta matéria.

9. Limites ao Acréscimo de Endividamento

Não aplicável. A empresa não tem endividamento remunerado.

10. Plano de Redução de Custos

A empresa é dotada de elevada rentabilidade e de uma estrutura de custos assente em custos essencialmente variáveis. Torna-se assim dificilmente conciliável crescer e em simultâneo reduzir custos, na medida em que o crescimento induz custos variáveis adicionais e que a parte de custos fixos e semifixos já está minimizada.

No que diz respeito aos custos variáveis, a redução verificada encontra-se em linha com o decréscimo da receita no exercício.

O quadro seguinte pretende esclarecer esta evolução.

m€	2011	2012	Varição	%
FSE + Pessoal, dos quais	7.931	7.475	-456	-6%
FSE 100% Variáveis	5.295	5.024	-271	-5%
FSE Fixos e SemiFixos + Pessoal	2.636	2.451	-185	-7%

11. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Não aplicável, pois a PayShop (Portugal), SA é uma empresa financeira.

4. CLIENTES E SERVIÇOS

O ano de 2012 ficou negativamente marcado pela fixação do montante mínimo de €7,5 no carregamento de telemóveis TMN. O fim das transações de €5 provocou naturalmente uma mudança de comportamento nos utilizadores TMN da PayShop: carregam maior valor de cada vez, carregam menos vezes. Adicionalmente registou-se uma redução no consumo. Uma vez que os carregamentos de €5 tinham uma representatividade elevada nas transações da PayShop, esta retirada teve um efeito severo de perda de cerca de 300.000 operações por mês, não permitindo um crescimento na receita.

Num registo mais positivo, 2012 destaca-se pelo alargamento do âmbito do serviço de bilhética eletrónica de transportes públicos de Lisboa, sendo a PayShop novamente um importante parceiro na oferta capilar deste serviço. No contexto da ligação comercial existente com a Carris, a oferta de títulos passa a incluir os passes combinados e intermodais deste operador com o Metro, a CP Lisboa, a Rodoviária de Lisboa, os Transportes Sul do Tejo, a Transtejo, a Vimeca, os Transportes Coletivos do Barreiro e a Soflusa. Estes títulos contemplam variados percursos desde Lisboa até aos limites Norte e Sul da área metropolitana de Lisboa, incluindo travessias do Tejo para o Seixal, o Montijo, o Barreiro, Cacilhas, o Porto Brandão e a Trafaria. O alargamento só foi concretizado no final do ano, pelo que se espera que em 2013 este serviço possa trazer para a PayShop novos utilizadores e mais transações.

A bilhética de transportes públicos também esteve em particular evidência no Porto. O TIP lançou em Julho um concurso público com vista à celebração de um novo contrato de prestação de serviços que garanta a existência de uma rede de comercialização permanente que assegure a venda de cartões e o carregamento eletrónico de títulos de transporte. No final de Setembro a prestação de serviços foi adjudicada à PayShop. O caderno de encargos obrigou a PayShop a baixar o preço contratual em cerca de 25% e, ao mesmo tempo, exigiu a extensão do serviço à CP Urbanos do Porto. São necessários investimentos em novos equipamentos para os agentes de venda na área de influência da CP Porto, mas também existem boas perspectivas de negócio acrescido com este novo operador.

Como já foi referido anteriormente, o clima de austeridade imposto no país tem vindo a degradar as condições sócio-económicas das famílias portuguesas, as quais procuram assim ajustar os seus hábitos de consumo e gastos à nova realidade agora vivida no país. Como seria de esperar e de uma maneira geral, esta conjuntura adversa teria necessariamente de ter, impacto nas contas das empresas que atuam em Portugal.

Apesar de no exercício anterior a PayShop ter escapado algo incólume ao ambiente económico vivido em Portugal (tendo inclusivamente o número de transações efetuadas na sua rede de lojas crescido globalmente) e de todos os esforços para aumentar significativamente a sua base de utilizadores, 2012 foi um ano de decréscimo, tanto em número de transações (-2,6%) como em valor de receita (-4,1%), quando comparado com período homólogo anterior.

Esta redução no número de operações efetuadas através da nossa rede deveu-se sobretudo à performance menos positiva do segmento de carregamentos de telemóvel, que se fez sentir de forma mais acentuada na PayShop este ano. Acompanhando esta diminuição, o segmento de faturas e de carregamento de bilhetes de transportes públicos também foi alvo de contração acentuada, movimentos estes só contrariados pelo aumento substancial das operações relacionadas com os serviços de internet related e de cobrança de portagens, os quais, no entanto não foram capazes de anular os efeitos anteriores.

Durante o ano de 2012, a PayShop angariou, direta ou indiretamente (através do Grupo CTT, no qual está inserida), 42 novos clientes, fechando o ano com 541 entidades que utilizam a rede de pagamentos PayShop para chegarem aos seus consumidores e/ou clientes.

É, no entanto, de salientar que todos os clientes com expressão já se encontram contratados, pelo que o potencial de crescimento induzido pelo eixo "novos clientes nos serviços existentes" é extremamente limitado.

5. REDE PAYSHOP

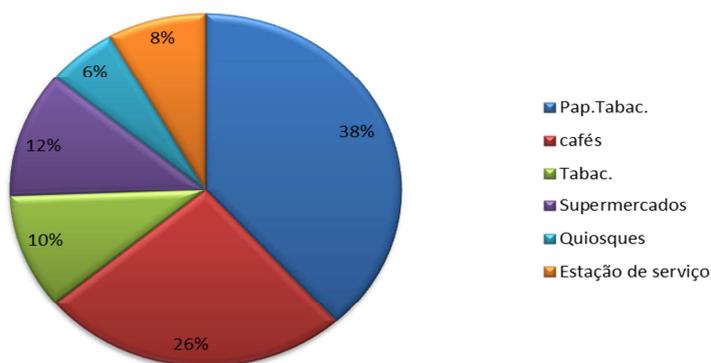
O principal objetivo desta área em 2012 foi a manutenção da rede próxima dos 4.000 pontos de pagamento, procurando melhorar a qualidade de modo a garantir uma boa performance por ponto e uma boa experiência de pagamento para os utilizadores e a sua conveniência e proximidade. Assim, procedeu-se à substituição dos lojistas descomissionados de forma a manter uma boa distribuição nacional.

Agravou-se o contexto macroeconómico nacional, cujo efeito se fez sentir nas dificuldades financeiras que levou ao encerramento de muitos estabelecimentos na rede PayShop (328); apesar disso, foram instalados 300 novos pontos, terminando o ano com 3.966 lojistas na rede PayShop.

A angariação de novos estabelecimentos com qualidade que sempre foi preocupação da empresa, tem-se revelado cada vez mais difícil em face da conjuntura económica desfavorável, refletindo-se na ligeira diminuição da rede em relação ao ano anterior.

Tradicionalmente, o serviço PayShop encontra-se disponível em lojas de elevada conveniência para os consumidores, tanto pela localização como pelos horários de abertura alargados, constituindo-se como uma mais-valia para as pessoas que pretendem pagar as suas contas, compras bilhética de transportes, carregar o telemóvel, etc.

A tipologia de estabelecimentos de retalho que constituem a rede PayShop centra-se nas papelarias/tabacarias, cafés, supermercados e quiosques. Com a introdução do pagamento das portagens as estações de serviço tiveram uma boa adesão à rede.



A PayShop continua a fortalecer a sua relação com a rede, através de visitas regulares da equipa de gestores, com a colocação e renovação de materiais do ponto de venda, para que seja fácil a identificação pelos consumidores dos pontos PayShop, assim como a atualização regular do software e acima de tudo do hardware de pagamento nos lojistas.

6. MARKETING E COMUNICAÇÃO

A estratégia de Marketing de 2012 teve em consideração dois públicos-alvo. Por um lado, o utilizador/consumidor enfatizando vantagens e benefícios do serviço e tendo como objetivo o acréscimo do número de utilizadores e de aumento da utilização pelos existentes. Por outro, a rede de lojistas, incentivando melhorias de performance e a contínua melhoria da qualidade de serviço, reforçando a notoriedade da marca PayShop.

Esta estratégia traduziu-se em vários momentos de comunicação.

Em Outubro 2012 foi desenvolvida uma campanha dirigida aos utilizadores do serviço PayShop com o objetivo de aumentar a utilização do serviço de carregamento de telemóveis, sendo que a participação na ação promocional passou obrigatoriamente pela própria utilização do serviço.

Com uma linguagem próxima do consumidor, um endorsement forte, num meio que potencia a notoriedade da marca como a TV, e com formatos disruptivos na comunicação PayShop, a empresa desenvolveu vários tipos de ações.

1. Telepromoção TVI

Pequenos “anúncios” gravados por Cristina Ferreira ou Manuel Luís Goucha, no programa da manhã da TVI, Você na TV.

2. Spot Prime TVI

Como forma de potenciar ao máximo esta campanha, spot com a Cristina Ferreira ou Manuel Luís Goucha para emissão em prime time.

3. Ficção TVI

Integração na novela “Louco Amor” através 2 presenças especiais, utilizando os personagens Margarida Rocha, Custódia Veloz e Sr. Óscar (personagens principais da telenovela).

4. Ponto de Venda

- Cartaz/pendurante A4
- Folheto explicativo da campanha

Apesar desta campanha não ter tido os efeitos pretendidos, tendo a utilização do serviço de carregamento de telemóveis continuado a cair, os resultados em termos de ativação de marca foram bastante positivos, tendo até superado a campanha para utilizadores criada do ano anterior.

Com o objetivo de levar a marca PayShop aos utilizadores e não utilizadores do nosso serviço, foram feitas inserções de um anúncio PayShop no Jornal Metro. Assentando na tónica da poupança, o anúncio chegou assim aos cerca de 400,000 leitores deste jornal.

Com o mesmo objetivo de levar a marca PayShop a públicos variados, foi publicado na Revista Negócios Portugal (revista mensal, incluída no jornal i a nível nacional, com uma tiragem de 27.500 exemplares) uma entrevista à administradora da PayShop, Dra. Helena Rodrigues, sob o tema Instituições de Pagamento em Portugal.

Entre outros temas, foi dado a conhecer aos leitores as principais Instituições de Pagamento a operar no nosso país, o serviço que prestam à comunidade, mercados em que se inserem, regulação, política de segurança, filosofia e contexto de mercado onde se enquadra a PayShop.

Mantiveram-se as formas de comunicação periódicas e específicas para agentes, como a PayShop News e Clube p.

Foram feitos vários mailings específicos informativos de novidades em alguns serviços (exemplo: alterações no serviço de Bilhética de Transportes Públicos), campanhas ou alterações operacionais (exemplo: alterações nos montantes de carregamentos TMN).

No âmbito do Clube p, para além das habituais ações extra mensais, foram desenvolvidas 2 campanhas extraordinárias onde os lojistas PayShop puderam ganhar ainda mais pontos “clube p”.

7. DESENVOLVIMENTO E SUPORTE

Em 2012 o desenvolvimento dedicou uma parte substancial dos seus recursos ao serviço de bilhética eletrónica de transportes públicos, em particular, ao alargamento da oferta em Lisboa e à migração para um modelo online no Porto.

No caso da área metropolitana de Lisboa, a PayShop acompanhou a crescente eletronização de vários operadores do mercado e investiu no seu sistema de carregamento de títulos e venda de cartões. Tomando como ponto de partida o serviço contratado com a Carris, a PayShop passou a disponibilizar os passes combinados e intermodais deste operador com o Metro, a CP Lisboa, a Rodoviária de Lisboa, os Transportes Sul do Tejo, a Transtejo, a Vimeca, os Transportes Coletivos do Barreiro e a Soflusa. O crescimento do número

de títulos foi exponencial com implicações na gestão do catálogo, interface de utilizador e regras de carregamento.

Quanto ao serviço do Porto, no seguimento do concurso público do TIP para prestação de serviços de rede de vendas, a PayShop evoluiu a arquitetura global da solução para modo online:

- Os terminais da rede de agentes PayShop realizam as transações em tempo real com os servidores da PayShop.
- O sistema central da PayShop fica preparado para uma futura ligação ao sistema central do TIP para onde enviaria continuamente as transações à medida que estas acontecem.

Esta arquitetura tem os seguintes objetivos:

- Dar a conhecer ao TIP os carregamentos e vendas à medida que estes vão acontecendo.
- Garantir que toda a informação relativa às transações fica imediatamente salvaguardada no sistema central da PayShop.
- Garantir que a data de processamento das transações é igual à data de realização das mesmas.
- Garantir que não são efetuados carregamentos com tarifário desatualizado.
- Permitir anular qualquer carregamento realizado no próprio dia.

Adicionalmente, foi implementado um sistema de controlo de stocks dos cartões de bilhética. Este sistema acompanha de forma automática as vendas realizadas na rede de agentes, solicitando reposição sempre que necessário.

Por último, mereceu também particular atenção a obrigação de reporte de informação da PayShop, enquanto Instituição de Pagamento, junto do Banco de Portugal. Foi implementado um processo mensal de emissão de ficheiros com informação estatística detalhada sobre as operações de pagamento realizadas em cada ponto da rede PayShop.

No ano transato, para além do apoio prestado à PayShop Portugal, à rede SNC/Terceiros e à PayShop Moçambique, o Suporte à Operação esteve profundamente envolvido em assegurar o sucesso de uma das suas funções mais importantes - a certificação. Cada vez que é gerada uma nova versão de software pelo desenvolvimento, é responsabilidade do Suporte à Operação garantir que todos os componentes envolvidos - tanto de hardware como software - respondem como esperado. Durante 2012, foram certificadas 10 versões de servidores, 20 versões processamento noturno, 7 versões aplicação terminal; várias centenas de horas em testes exaustivos asseguraram um ano particularmente tranquilo no que se refere à passagem a produção de todas as inovações implementadas.

A certificação, planeamento e implementação de novas versões de base de dados e sistemas operativos ocupam outra parte considerável do tempo da área de Suporte à Operação, visto que é necessário assegurar que não existem constrangimentos inesperados mitigando os impactos no ambiente de produção do sistema PayShop.

Com o objetivo de melhorar o desempenho do Suporte à Operação:

- Foi implementada a realização de reuniões numa periodicidade quinzenal/mensal com a equipa da operação do Data Center para apresentação de novas funcionalidades e identificação de áreas de melhoria;
- Criaram-se automatismos para minimização de erros humanos;
- Desenvolveram-se funcionalidades que introduziram melhorias na monitorização do sistema da PayShop.

Relativamente ao ano de 2011 podem ser evidenciadas, entre outras, as seguintes melhorias:

- A implementação de mecanismos que permitiram que as transações processadas fora de data tenham reduzido de 0,88% para 0,40%;
- Diminuição do tempo médio do processamento noturno de 1 hora e 23 minutos para 50 minutos;
- Diminuição do tempo de indisponibilidade do serviço PayShop no prime-time (08:00 – 20:00 de Seg. a Sáb.) de 3 horas e 48 minutos para 1 hora e 37 minutos, facto que é de ressaltar dada a importância que é dada à disponibilidade da rede.

O ano de 2012 fica ainda marcado por uma grande atualização de hardware a nível de sistemas. Terminado o contrato de manutenção firmado em 2008 - altura em que renovámos os servidores que suportavam o ambiente da PayShop e realizámos a virtualização das nossas máquinas - voltámos a apostar na virtualização renovando os servidores físicos incluindo o centro alternativo. Estes servidores adquiridos em 2008 registavam taxas de utilização da memória na ordem de grandeza dos 80% e de disco no valor dos 86% que comprometiam seriamente o crescimento transaccional da PayShop.

O Suporte à Operação, de modo a otimizar o orçamento disponível, desenhou uma solução assente no conhecimento profundo do sistema e das suas necessidades. Os ganhos de performance são notórios:

- O processamento noturno passou de uma média mensal de 45 minutos para 23 minutos;
- O backup das bases de dados num total de 46 Gb passou de 5 horas e 28 minutos para 1 hora e 27 minutos;

- A organização e reindexação das bases de dados registaram uma redução superior a 2 horas, com uma duração atual de 19 minutos;
- Os processos de replicação de informação e de identificação de transações em falta decresceram de 06 horas e 47 minutos para 44 minutos;

No apoio à área de clientes contribuimos para o teste e implementação de novos produtos com destaque para:

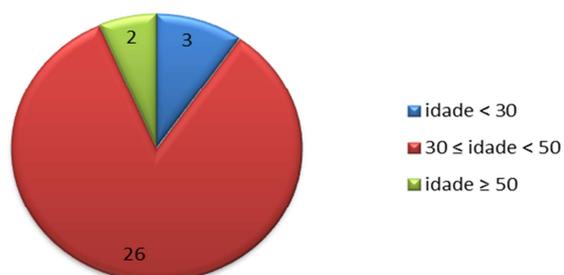
- A Ezetop, Lycamobile e Mundio enquanto prestadores de serviços de comunicações móveis;
- Os mais de 650 novos títulos de transportes;
- A adesão da Indaqua dos municípios de Matosinhos, Feira, Vila do Conde, Fafe e Santo Tirso no pagamento de faturas.

Com o Help Desk trabalhámos na implementação de soluções que introduziram automatismos e melhoria no serviço prestado aos lojistas e aos clientes, como por exemplo o processo de anulação de PaySafeCards.

8. RECURSOS HUMANOS

A PayShop promove a igualdade de género no trabalho como princípio orientador fundamental, o que fica evidenciado pela própria constituição da equipa de colaboradores, 15 mulheres e 16 homens, cuja média de idades ronda os 37 anos.

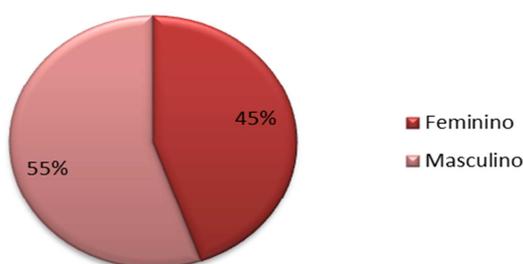
Distribuição por faixa etária:



O ano de 2012 foi estável no que diz respeito ao número de colaboradores, e as alterações na composição da equipa foram ligeiras.

Ao longo do ano 2012 foram efetuadas ações de formação, on the job e externa, como meio para a evolução das competências dos colaboradores. As ações de formação realizadas totalizaram 1029 horas.

Distribuição da formação por género:



É de destacar que a performance alcançada pela PayShop em 2012 foi possível pelo esforço desenvolvido ao longo do ano pela equipa de colaboradores, focados na melhoria constante da qualidade do trabalho, através de elevados níveis de empenho, iniciativa e dedicação, o que permitiu aproximar dos objetivos estabelecidos pela organização.

Não obstante, é de relevar que a proibição de contratar pessoas imposta ao SEE, a par dos cortes salariais em vigor, pode afetar as competências profissionais disponíveis na empresa, com potencial reflexo negativo na qualidade do serviço prestado no futuro. Neste sentido, o processo de privatização do Grupo CTT previsto para 2013 poderá permitir à empresa voltar a desenvolver uma política de RH que promova a meritocracia.

9. RESULTADOS, INVESTIMENTO e FINANCIAMENTO

Em termos de rendimentos operacionais totais e rentabilidade, a PayShop encerrou o exercício económico de 2012 com uma quebra de 5 p.p., para 15 milhões de euros, o que se traduziu numa margem EBITDA de 47% e um resultado líquido de 4,9 milhões de euros.

O rendimento operacional de transações caiu cerca de 640 mil euros, face ao ano anterior. Os custos fixos e semi-fixos mantiveram-se em linha com os do ano anterior, tendo os custos variáveis diminuído em 236 mil euros.

No que respeita aos custos fixos e semi-fixos, registou-se uma quebra significativa nos custos de pessoal e de marketing que foram compensados com o aumento dos custos decorrente da detenção de 35% do capital social da PayShop Moçambique. O EBITDA em 2012 foi influenciado negativamente em 202 mil € pela participada PayShop Moçambique, o qual está em processo de encerramento da sua atividade.

Em termos dos custos variáveis, o decréscimo deveu-se essencialmente ao facto de a remuneração e as comunicações da rede serem inferiores ao do ano anterior em, respetivamente, 112 mil euros e 82 mil euros.

No exercício em análise, a empresa gerou cash-flow operacional de nível elevado, tendo encerrado 31 de Dezembro com significativas disponibilidades e uma sólida situação financeira. À semelhança dos anos anteriores, os resultados revertem na totalidade para o acionista único da empresa, os CTT Correios de Portugal, sob a forma de dividendos distribuídos.

10. PERSPETIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Para 2013 prevê-se que a conjuntura macroeconómica se agrave com a continuação e reforço das medidas de austeridade. Não obstante este enquadramento, o desafio colocado à gestão é que o próximo ano volte a ser de crescimento, como aliás tem sido a regra.

O crescimento assenta em três eixos principais: o aumento do número de utilizadores, a melhoria da qualidade da rede e os novos serviços. A rede de pagamentos e cobranças é uma rede complementar às existentes, na sua maioria “bancaizadas”.

No primeiro eixo, realizaremos ações direcionadas ao consumidor que visem aumentar, à semelhança do que regulamente procuramos fazer, o número de portugueses que usam a PayShop, através de lançamento de iniciativas de marketing. Estas ações são ainda relevantes para contrariar a tendência de decréscimo acentuado do serviço de carregamento de telemóveis - que se mantém o nosso principal serviço - mas que apresenta perspetivas de crescimento bastante negativas.

A nível da rede da PayShop, em 2013, a conjuntura negativa no retalho e no clima económico recomenda que procuremos minimizar os riscos de cobrança e garantir a qualidade de crédito da rede em detrimento do seu crescimento. Salientamos que é possível que em 2013 a rede possa reduzir-se face à dimensão atual, caso se venha a revelar impossível a contratação de novos Lojistas que cumpram os critérios de qualidade e risco exigidos.

Procuraremos lançar novos serviços e conquistar clientes de forma permanente, como eixo de crescimento indispensável à inovação e sustentabilidade económica. Em particular, estaremos atentos às oportunidades de negócio de serviços relacionados com a Administração Pública.

Os elevados níveis de disponibilidade e qualidade de serviço a que habituámos os nossos lojistas, clientes e utilizadores irão continuar a merecer a habitual extrema atenção, convictos como estamos do enorme papel que têm na sustentabilidade económica da empresa e nos reconhecidamente altos níveis de eficiência alcançados.

Esperamos continuar a apresentar níveis de rentabilidade interessantes em 2013, e procuraremos garantir o empenho e estabilidade dos nossos colaboradores para atingir os objetivos traçados pelo acionista.

11. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido obtido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 foi positivo no valor de 4.916.327,03 euros.

Propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

Para dividendos: 4.916.327,03 euros

Lisboa, 23 de Abril de 2013

O Conselho de Administração

André Manuel Pereira Gorjão de Andrade Costa

Helena Maria Gameiro Carreira Rodrigues

Sílvia Maria Correia

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade Monetária: Euro

ATIVO	NOTAS	Unidade Monetária: Euro	
		2012-12-31	2011-12-31
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	570.648	740.310
Ativos intangíveis	8	73.334	113.334
Total do ativo não corrente		643.982	853.644
Ativo corrente			
Clientes	11	1.278.105	1.686.162
Outras contas a receber	11	41.003	11.564
Diferimentos	12	5.601	28.830
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.726.276	7.184.657
Total do ativo corrente		8.050.986	8.911.213
Total do ativo		8.694.968	9.764.857
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	14	1.500.000	1.500.000
Reservas legais	15	300.000	300.000
Resultados transitados	15	-	428.986
Outras variações no capital próprio		765	765
Resultado líquido do período		4.916.327	5.295.880
Total do capital próprio		6.717.092	7.525.631
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	393.946	222.205
Total do passivo não corrente		393.946	222.205
Passivo corrente			
Fornecedores	20	657.559	711.771
Estado e outros entes públicos	21	295.426	354.342
Acionistas/ sócios e empresas do Grupo	5 e 21	213.862	497.568
Outras contas a pagar	20	417.084	453.340
Total do passivo corrente		1.583.931	2.017.021
Total do passivo		1.977.876	2.239.226
Total do capital próprio e do passivo		8.694.968	9.764.857

As notas anexas fazem parte integrante dos balanços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

		Unidade Monetária: Euro	
	Notas	2012	2011
Vendas e serviços prestados	22	14.805.658	15.445.654
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias e associadas	9 e 18	(14.451)	32.871
Fornecimentos e serviços externos	24	(6.623.005)	(6.987.310)
Gastos com o pessoal	25	(894.427)	(944.938)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11 e 13	(124.568)	(240.969)
Provisões (aumentos/reduções)	18	(173.130)	-
Outros rendimentos e ganhos	23	481.956	696.014
Outros gastos e perdas	27	(219.025)	(238.549)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>7.239.008</u>	<u>7.762.773</u>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	26	(260.859)	(324.705)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>6.978.149</u>	<u>7.438.068</u>
Juros e gastos similares incorridos	28	(424)	-
Resultados antes de impostos		<u>6.977.725</u>	<u>7.438.068</u>
Imposto sobre o rendimento	30	(2.061.398)	(2.142.188)
Resultado líquido do período		<u>4.916.327</u>	<u>5.295.880</u>
Resultado por ação	17	16,39	17,65

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade Monetária: Euro

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2011		1.500.000	300.000	428.986	765	4.172.646	6.402.397
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Realização dos excedentes de revalorização de AFT e AI		-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31/12/2009		-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO						5.295.880	5.295.880
RESULTADO INTEGRAL						5.295.880	5.295.880
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuição de dividendos	16	-	-	-	-	(4.172.646)	(4.172.646)
		-	-	-	-	(4.172.646)	(4.172.646)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		1.500.000	300.000	428.986	765	5.295.880	7.525.631
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Realização dos excedentes de revalorização de AFT e AI		-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido do período findo em 31/12/2010		-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO						4.916.327	4.916.327
RESULTADO INTEGRAL						4.916.327	4.916.327
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuição de dividendos	16	-	-	(428.986)	-	(5.295.880)	(5.724.866)
		-	-	(428.986)	-	(5.295.880)	(5.724.866)
Saldo em 31 de Dezembro de 2012		1.500.000	300.000	-	765	4.916.327	6.717.092

As notas anexas fazem parte da demonstração das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

	Notas	Unidade Monetária: Euro	
		2012	2011
<u>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		18.572.100	19.142.550
Pagamentos a fornecedores		(8.246.961)	(8.259.209)
Pagamentos ao pessoal		(834.581)	(974.981)
Fluxos gerados pelas operações		<u>9.490.557</u>	<u>9.908.360</u>
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(2.349.505)	(1.963.909)
Pagamento de outros impostos		(1.898.246)	(1.908.351)
Outros recebimentos/pagamentos		(180.267)	(178.095)
		<u>(4.428.018)</u>	<u>(4.050.355)</u>
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>5.062.539</u>	<u>5.858.005</u>
<u>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		<u>253.518</u>	<u>343.814</u>
		<u>253.518</u>	<u>343.814</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(49.397)	(173.356)
Outros ativos		-	(100.000)
		<u>(49.397)</u>	<u>(273.356)</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>204.120</u>	<u>70.458</u>
<u>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(174)	-
Dividendos ao acionista	16	(5.724.866)	(4.172.646)
		<u>(5.725.040)</u>	<u>(4.172.646)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(5.725.040)</u>	<u>(4.172.646)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(458.381)	1.755.817
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	7.184.657	5.428.840
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	6.726.276	7.184.657

As notas anexas fazem parte da demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EMPRESA PAYSHOP (PORTUGAL), S.A.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A PayShop (Portugal), S.A. (“PayShop” ou “Empresa”), com sede na Av. D. João II, lote 01 12 03 em Lisboa, é uma sociedade anónima, tendo sido constituída sob a forma de sociedade por quotas em 29.11.2000 com um capital de 5.000 Euros e tem como atividade principal a gestão de rede de pontos de pagamento e consultadoria técnica na referida área.

Em Abril de 2001 verificou-se um aumento do capital social para 500.000 Euros e a transformação da Empresa em sociedade anónima.

Em Abril de 2002, o capital social foi de novo aumentado para 3.750.000 Euros, tendo-se verificado a entrada de três novos acionistas. Em Março de 2004 ocorreu a venda de 99,38% das ações representativas do capital social da Empresa aos CTT - Correios de Portugal, S.A., e durante o mês de Junho ocorreu a venda dos restantes 0,62% à mesma entidade, a qual passou a ser o seu acionista único.

Em Maio de 2007 a Empresa procedeu a uma redução do capital social de 3.750.000 Euros para 1.500.000 Euros, ficando o mesmo representado por 300.000 ações com o valor nominal unitário de 5 Euros.

Nos termos do art.º 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas dado que os CTT – Correios de Portugal, S.A., elaboram contas consolidadas e são titulares da totalidade das partes de capital da Empresa.

Em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as retificações da Declaração de Rectificação nº67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto;
- Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro (Normas Interpretativas);
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) que integram o SNC. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no art.º 1º da Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

O normativo SNC foi utilizado na elaboração das demonstrações financeiras pela primeira vez em 2010, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2009 e findo em 31 de dezembro de 2009 de forma a apresentar as demonstrações financeiras reexpressas para efeitos comparativos.

Conforme previsto no Anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, a Empresa aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº 1606/202 do Parlamento Europeu e do Conselho e as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

Nos períodos de 2012 e de 2011 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Empresa na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis (Nota 6) são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local. Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha recta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. As taxas de depreciação praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas para as diversas classes de ativos:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento básico	4 – 10
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	5 – 10

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

As mais ou menos valias decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos “ ou “Outros gastos e perdas”.

3.2. Concentração de atividades empresariais e goodwill

A aquisição de empresas subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas é contabilizada pela aplicação do método da compra. Na data em que a aquisição ocorre, esta é registada pelo seu custo, sendo este constituído pelo agregado (i) dos justos valores, à data da aquisição, dos ativos e passivos identificáveis da adquirida, e (ii) de quaisquer custos diretamente atribuíveis à concentração em causa.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida constitui o goodwill (Nota 7), em conformidade com o estabelecido na NCRF 14 – Concentração de Atividades Empresariais. Decorrente da exceção prevista no NCRF 3 – Adoção pela Primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, a Empresa aplicou as disposições da NCRF 14 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de Janeiro de 2009. Os valores de goodwill correspondentes a aquisições anteriores a 1 de Janeiro de 2009 foram mantidos, pelas quantias líquidas apresentadas nessa data, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O goodwill não é amortizado. O seu valor recuperável é avaliado anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de

avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio. As perdas por imparidade não são revertíveis.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos, a diferença apurada é registada como ganho financeiro na Demonstração dos resultados por naturezas do período em que ocorre a aquisição.

Na alienação de uma empresa subsidiária, controlada conjuntamente ou associada, o correspondente goodwill é incluído na determinação da mais ou menos valia.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (Nota 8) são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente licenças e outros direitos de uso.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método da linha recta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil estimada, que se situa num período que varia entre 3 e 5 anos. Exceção para os ativos respeitantes a propriedade industrial, que são amortizados durante o período de tempo em que tem lugar a sua utilização exclusiva e, para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, que não são objecto de amortização, sendo antes sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que possam estar em imparidade.

As mais ou menos valias resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.4. Participações financeiras

As participações financeiras nas quais a Empresa tem controlo, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto (empresas subsidiárias), nas que exerce influência significativa, geralmente onde a participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto (empresas associadas) ou nas que controla conjuntamente com outras entidades, são registadas no balanço em “Participações financeiras – método da equivalência patrimonial”, pelo método da equivalência patrimonial (Nota 9).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias, conjuntamente controladas ou associadas por contrapartida de “Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos”, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida de “Ajustamentos em ativos financeiros”. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Anualmente ou quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é realizada uma avaliação e as perdas por imparidade que se demonstre existir, são registadas como gastos na Demonstração dos resultados por naturezas.

Os resultados das participadas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração de resultados por naturezas desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associados excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão (Nota 18).

3.5. Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira para os quais não há acordo de fixação de câmbio são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” na Demonstração de resultados por naturezas do período (Notas 23, 27 e 29).

As diferenças de câmbio positivas relativas a atividades de investimento são relevadas na demonstração dos resultados por naturezas como “Outros rendimentos e ganhos” e as negativas como “Outros gastos e perdas” (Nota 29).

As taxas de câmbio utilizadas na conversão das demonstrações financeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes (X de moeda estrangeira por 1 Euro):

	2012		2011	
	Fecho	Médio	Fecho	Médio
Metical de Moçambique (MZM)	39,24	-	34,96	-
Dólar dos USA (USD)	1,3194	1,2848	1,2939	1,3920

3.6. Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill

A Empresa efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

3.7. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros da Empresa são basicamente os Clientes e outras contas a receber e, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Financiamentos obtidos e os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações da empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade (Nota 11). Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e seus equivalentes” é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Financiamentos obtidos” (Nota 4).

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores (Nota 20) são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio (Nota 14) só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio.

Caso a empresa adquira ou readquira os seus próprios instrumentos de capital próprio, estes instrumentos são reconhecidos como dedução ao capital próprio.

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução ao valor do encaixe.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

3.8. Resultados por ação

Os resultados por ação (Nota 17) são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

3.9. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, quando aprovados em Assembleia Geral da Empresa e enquanto não pagos ao acionista, é reconhecida como um passivo.

3.10. Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões (Nota 18) quando, cumulativamente: (i) a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando as perdas em empresas subsidiárias ou associadas excedem o investimento efetuado nessas entidades, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que a Empresa incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da subsidiária ou associada, caso em que é registada uma Provisão para participações financeiras.

São constituídas provisões para reestruturação sempre que um plano formal detalhado de reestruturação tenha sido aprovado pela Empresa e este tenha sido iniciado ou divulgado publicamente.

São constituídas provisões para os custos de desmantelamento, remoção do ativo e restauração do local de certos ativos, quando esses ativos começam a ser utilizados e seja possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade, ou quando existe o compromisso contratual de reposição de espaços alugados por terceiros.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de

acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

3.11. Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância e não da forma do contrato. As locações são classificadas como financeiras sempre que nos seus termos ocorra a transferência substancial, para o locatário, de todos os riscos e vantagens associados à propriedade do bem. As restantes locações são classificadas como operacionais (Nota 19).

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são registados no balanço no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. A taxa de desconto a utilizar deverá ser a taxa implícita na locação. Caso esta não seja conhecida deverá ser utilizada a taxa de financiamento da Empresa para aquele tipo de investimentos. A política de depreciação destes ativos segue as regras aplicáveis aos ativos tangíveis propriedade da Empresa. Os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidos na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que respeitam.

Nas locações operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados por naturezas, durante o período da locação (Nota 24).

3.12. Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado (Nota 22).

O reconhecimento de um rédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa, (ii) o montante do rédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade.

3.13. Imposto sobre o rendimento (“IRC”)

A Empresa encontra-se abrangida pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades que engloba todas as empresas em que os CTT participam, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital social e que simultaneamente sejam residentes em Portugal e tributadas em sede IRC, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento e as retenções efetuadas por terceiros são registadas no balanço como contas a pagar e a receber dos CTT.

O imposto sobre o rendimento (Nota 30) corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período calculado de acordo com as leis fiscais vigentes à data do balanço. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). No entanto, as únicas declarações fiscais da Empresa que podem ainda ser sujeitas a revisão são as de 2011, uma vez que as anteriores a 2010 já foram sujeitas a inspeção.

3.14. Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”, respetivamente (Notas 11 e 20). Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente (Nota 12).

3.15. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF foram utilizadas julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

(i) Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

(ii) Imparidade do Goodwill

A Empresa testa o goodwill, pelo menos anualmente, com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade, de acordo com a política referida na Nota 3.2. O cálculo dos valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão baseada na experiência passada, bem como nas expectativas futuras de evolução da respetiva atividade. Na avaliação subjacente aos cálculos efetuados são utilizados pressupostos baseados na informação disponível quer do negócio, quer do enquadramento macro - económico.

(iii) Imparidade de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do cliente e outros devedores e da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e outros devedores. Caso as condições financeiras dos clientes se deteriore, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

(iv) Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem-sucedido. As provisões são constituídas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

3.16. Matérias ambientais

A Empresa tem a obrigação legal de evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrentes das suas atividades, podendo incorrer em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações (Nota 31)

Contudo, a atividade da Empresa é de natureza essencialmente não industrial, sendo relativamente reduzida a incorporação de inputs materiais nos seus processos de prestação de serviços, sendo a sua pegada ecológica direta limitada.

Uma análise comparativa empírica permite estimar que o peso dos impactes ambientais da atividade da Empresa é em termos relativos, bastante inferior ao seu contributo para geração de valor no tecido económico e social nacional.

3.17. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da Empresa e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são reflectidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais (Nota 32).

4. FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através da qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As atividades de investimento incluem, nomeadamente aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos e recebimentos de juros e de dividendos. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Numerário	250	500
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	876.026	984.157
Aplicações de tesouraria	5.850.000	6.200.000
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	<u>6.726.276</u>	<u>7.184.657</u>
Descobertos bancários	-	-
Caixa e seus equivalentes (Demonstração dos fluxos de caixa)	<u>6.726.276</u>	<u>7.184.657</u>

5. PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota 1, a Empresa é integralmente detida pelos CTT SA. Consequentemente todas as empresas que fazem parte do Grupo CTT foram consideradas como partes relacionadas da Empresa, i.e., o conceito de partes relacionadas inclui não apenas as suas próprias entidades subsidiárias e associadas mas também outras empresas subsidiárias dos CTT. As partes relacionadas também englobam os quadro-chave da Empresa.

Os quadros-chave são compostos pelo Conselho de Administração e Fiscal Único da Empresa e pelos responsáveis diretamente dependentes da Administração.

Os termos ou condições praticados entre as partes relacionadas são em regra substancialmente idênticos aos que normalmente são contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No decurso dos períodos findo em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2012							
	Clientes e outras contas receber	Ajustamentos	Acionistas e empresas do Grupo	Ajustamentos	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas e empresas do Grupo	Rendimentos	Gastos
Acionistas	157.947	-	-	-	90.404	213.862	1.599.931	808.253
Empresas do Grupo CTT								
Associadas	748.263	(748.263)	175.792	(175.792)	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	98.276	-	15.841	1.207.912
Membros do								
Conselho Administração	-	-	-	-	-	-	-	90.152
Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiscal Único	-	-	-	-	-	-	-	11.850
Quadros-chave	-	-	-	-	-	-	-	305.362
	<u>906.210</u>	<u>(748.263)</u>	<u>175.792</u>	<u>(175.792)</u>	<u>188.680</u>	<u>213.862</u>	<u>1.609.771</u>	<u>2.423.529</u>

	2011							
	Clientes e outras contas receber	Ajustamentos	Acionistas e empresas do Grupo (SDevedores)	Ajustamentos	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas e empresas do Grupo (SCredores)	Rendimentos	Gastos
Acionistas	169.931	-	-	-	84.922	497.568	1.586.170	811.068
Empresas do Grupo CTT								
Associadas	754.427	(754.427)	177.286	(177.286)	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-	116.761	-	56.856	1.308.243
Membros do								
Conselho Administração	-	-	-	-	-	-	-	106.486
Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiscal Único	-	-	-	-	-	-	-	9.900
Quadros-chave	-	-	-	-	-	-	-	302.614
	<u>924.358</u>	<u>(754.427)</u>	<u>177.286</u>	<u>(177.286)</u>	<u>201.683</u>	<u>497.568</u>	<u>1.643.026</u>	<u>2.538.311</u>

A Empresa releva os empréstimos concedidos a empresas do Grupo e os empréstimos obtidos de empresas do Grupo nas rubricas de “Acionistas/ sócios e empresas do Grupo”.

Os gastos com os membros do Conselho de Administração, Fiscal Único e Quadros-chave correspondem à totalidade das suas remunerações no período indicado.

Em 2012 está reconhecida em perdas por imparidade a totalidade da dívida da PayShop Moçambique, com a extensão de 175.792 Euros referentes a empréstimos, 58.501 Euros relativos a faturação a clientes e 689.762 Euros da cessão da dívida feita pela CTT-GEST.

Em 2011 decidiu-se integrar em perdas por imparidade 391.811 Euros, que representam a parte cedida da dívida da PayShop de Moçambique que não foi paga à CTT-GEST e reconhecer como custo a integralidade dos empréstimos concedidos a esta Empresa no montante de 177.286 Euros e que por atualização cambial estão neste período registados por 175.792 Euros.

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais saldos devedores e credores era como segue:

	2012							
	Clientes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Outras contas a receber	Ajustamentos por imparidade	Total de contas a receber (valor líquido)	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Acionistas								
CTT - Correios de Portugal, SA	157.947	-	-	-	157.947	90.404	213.862	304.266
Associadas								
Payshop Moçambique, SARL	58.501	175.792	689.762	(924.055)	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
CTT-Gest, SA	-	-	-	-	-	89.368	-	89.368
CTTExpresso, SA	-	-	-	-	-	8.394	-	8.394
Mailtec Comunicação, SA	-	-	-	-	-	436	-	436
EAD	-	-	-	-	-	78	-	78
	<u>216.448</u>	<u>175.792</u>	<u>689.762</u>	<u>(924.055)</u>	<u>157.947</u>	<u>188.680</u>	<u>213.862</u>	<u>402.542</u>

	2011							
	Clientes	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SD)	Outras contas a receber	Ajustamentos por imparidade	Total de contas a receber (valor líquido)	Fornecedores e outras contas pagar	Acionistas/ sócios e empresas do Grupo (SC)	Total de contas a pagar
Acionistas								
CTT - Correios de Portugal, SA	169.913	-	-	-	169.913	84.922	497.568	582.490
Associadas								
Payshop Moçambique, SARL	52.515	177.286	701.912	(931.713)	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
CTT-Gest, SA	-	-	-	-	-	104.772	-	104.772
CTTExpresso, SA	-	-	-	-	-	9.359	-	9.359
Mailtec Comunicação, SA	-	-	-	-	-	215	-	215
EAD	-	-	-	-	-	2.415	-	2.415
	<u>222.428</u>	<u>177.286</u>	<u>701.912</u>	<u>(931.713)</u>	<u>169.913</u>	<u>201.683</u>	<u>497.568</u>	<u>699.251</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, das principais transações era como segue:

	2012				
	Ativos fixos adquiridos	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas
Acionistas					
CTT- Correios de Portugal, SA	-	1.411.514	182.417	808.253	-
Associadas					
Payshop Moçambique, SARL	-	-	15.841	-	208.742
Outras partes relacionadas					
CTT-Gest, SA	-	-	-	900.991	-
CTTExpresso, SA	-	-	-	91.511	-
Mailtec Comunicação, SA	-	-	-	5.047	-
EAD	-	-	-	1.621	-
	<u>-</u>	<u>1.411.514</u>	<u>198.257</u>	<u>1.807.423</u>	<u>208.742</u>

	2011				
	Ativos fixos adquiridos	Vendas e serviços prestados	Outros rendimentos e ganhos	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas
Acionistas					
CTT- Correios de Portugal, SA	-	1.300.626	285.544	811.068	-
Associadas					
Payshop Moçambique, SARL	-	-	56.856	-	227.817
Outras partes relacionadas					
CTT-Gest, SA	-	-	-	955.396	-
CTTExpresso, SA	-	-	-	93.408	-
Mailtec Comunicação, SA	-	-	-	2.187	-
EAD	-	-	-	29.435	-
	<u>-</u>	<u>1.300.626</u>	<u>342.400</u>	<u>1.891.494</u>	<u>227.817</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a natureza e o detalhe, por empresa do Grupo CTT, dos principais fluxos de caixa era como segue:

	2012				
	Pagamentos			Recebimentos	
	Atividades operacionais	Atividades financiamento	Total pagamentos	Atividades operacionais	Total recebimentos
Acionistas					
CTT- Correios de Portugal, SA	1.174.664	5.724.866	6.899.530	1.939.147	1.939.147
Outras partes relacionadas					
CTT-Gest, SA	1.120.188	-	1.120.188	-	-
CTTExpresso, SA	113.443	-	113.443	-	-
Mailtec Comunicação, SA	5.986	-	5.986	-	-
EAD	4.331	-	4.331	-	-
	<u>2.418.612</u>	<u>5.724.866</u>	<u>8.143.478</u>	<u>1.939.147</u>	<u>1.939.147</u>

	2011				
	Pagamentos			Recebimentos	
	Atividades operacionais	Atividades financiamento	Total pagamentos	Atividades operacionais	Total recebimentos
Acionistas					
CTT- Correios de Portugal, SA	1.897.283	4.172.646	6.069.929	1.001.876	1.001.876
Outras partes relacionadas					
CTT-Gest, SA	1.008.753	-	1.008.753	-	-
CTTExpresso, SA	105.408	-	105.408	-	-
Mailtec Comunicação, SA	2.476	-	2.476	-	-
EAD	27.315	-	27.315	-	-
	<u>3.041.235</u>	<u>4.172.646</u>	<u>7.213.881</u>	<u>1.001.876</u>	<u>1.001.876</u>

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2012			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	2.142.896	132.114	172.837	2.447.847
Aquisições	51.700	-	-	51.700
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	104.164	-	(104.666)	(502)
Revalorizações	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-
Saldo final	<u>2.298.760</u>	<u>132.114</u>	<u>68.171</u>	<u>2.499.045</u>
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	1.509.707	131.188	66.642	1.707.537
Depreciações do período	218.950	655	1.254	220.859
Perdas por imparidade do período	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	(92)	-	-	(92)
Outras variações	75	18	-	93
Saldo final	<u>1.728.640</u>	<u>131.861</u>	<u>67.896</u>	<u>1.928.397</u>
Ativos fixos tangíveis líquidos	<u>570.120</u>	<u>253</u>	<u>275</u>	<u>570.648</u>

	2011			Total
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	2.638.808	125.478	400.714	3.165.000
Aquisições	121.000	-	-	121.000
Alienações	-	(2.767)	-	(2.767)
Transferências e abates	(616.912)	9.403	(227.877)	(835.386)
Revalorizações	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-
Saldo final	2.142.896	132.114	172.837	2.447.847
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	2.143.134	117.780	-	2.260.914
Depreciações do período	276.038	6.772	1.895	284.705
Perdas por imparidade do período	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-
Alienações	-	(2.767)	-	(2.767)
Transferências e abates	(909.465)	9.403	64.747	(835.315)
Outras variações	-	-	-	-
Saldo final	1.509.707	131.188	66.642	1.707.537
Ativos fixos tangíveis líquidos	633.189	926	106.195	740.310

As depreciações do período, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, no montante de, 220.859 Euros e 284.706 Euros, respetivamente, foram registadas na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” da Demonstração dos resultados por naturezas (Nota 26).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos tangíveis foram: (i) patrimonização de 477 terminais e de 319 scanners no valor de 104.666 Euros por transferência de armazém; (ii) aquisição de 199 terminais no valor de 35.800 Euros e 15.900 Euros em software.

7. GOODWILL

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a composição do Goodwill era a seguinte:

Entidade	Ano da aquisição	2012	2011
Empresas associadas			
Payshop Moçambique, SARL	2008	235.946	235.946
	Imparidade	(235.946)	(235.946)
		-	-

No período findo em 31 de dezembro de 2010 foi registada uma perda por imparidade no valor total do Goodwill registado à data, pelo que o valor atualmente registado nesta rubrica é zero.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não se registaram quaisquer outros movimentos em Goodwill.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2012	
	Propriedade industrial	Total
Ativos intangíveis		
Saldo inicial	407.859	407.859
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Saldo final	<u>407.859</u>	<u>407.859</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicial	294.525	294.525
Amortizações do período	40.000	40.000
Saldo final	<u>334.525</u>	<u>334.525</u>
Ativos intangíveis líquidos	<u>73.334</u>	<u>73.334</u>

	2011	
	Propriedade industrial	Total
Ativos intangíveis		
Saldo inicial	407.859	407.859
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Saldo final	<u>407.859</u>	<u>407.859</u>
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicial	254.525	254.525
Amortizações do período	40.000	40.000
Saldo final	<u>294.525</u>	<u>294.525</u>
Ativos intangíveis líquidos	<u>113.334</u>	<u>113.334</u>

As amortizações do período, em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, no montante de 40.000 Euros em ambos os períodos, foram registadas na rubrica “Gastos/ reversões de depreciação e de amortização” (Nota 26).

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Empresa detinha a seguinte participação financeira:

Empresa associada	Sede	Percentagem de participação	
		2012	2011
Payshop Moçambique, SARL	Av. 25 de Setembro, 1462 (Túnel) Maputo - Moçambique	35%	35%

No âmbito da aplicação do método da equivalência patrimonial, o investimento efetuado na PayShop Moçambique, SARL, foi reduzido a zero em anos anteriores. Assim, o reconhecimento de perdas adicionais nesta associada é efetuado mediante o reconhecimento de uma provisão, na medida em que a Empresa incorre numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada (Notas 3.4, 3.10, e 18).

10. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Empresa acarretam exposição a riscos financeiros, nomeadamente: (i) riscos de crédito - risco dos seus devedores não cumprirem com as suas obrigações financeiras, (ii) riscos de mercado - fundamentalmente o das taxa de juro e o das taxas de câmbio, os quais estão associados, respetivamente, ao risco do impacto da variação das taxas de juro de mercado nos ativos e passivos financeiros e nos resultados e ao risco de flutuação do justo valor dos ativos e passivos financeiros em resultado de alterações nas taxas de câmbio e, (iii) riscos de liquidez – risco de que se venham a encontrar dificuldades para satisfazer obrigações associadas a passivos financeiros.

Por risco financeiro, entende-se justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial da Empresa.

A gestão do risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Empresa.

Dos riscos financeiros destacam-se os riscos de crédito, os riscos de mercado, de taxa de juro e cambial, e os riscos de liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores (agentes), relacionados com a atividade operacional da Empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afectem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes e agentes da Empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados.

Este risco é monitorizado numa base regular com o objectivo de limitar o crédito concedido a clientes e agentes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- a análise da antiguidade das contas a receber;
- o perfil de risco dos clientes e agentes;

- as condições financeiras dos clientes e agentes.

O movimento das perdas por imparidade em contas a receber encontra-se divulgado na nota 11.

Em 31 de dezembro de 2012, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está essencialmente relacionado com os juros obtidos com a aplicação dos excedentes de tesouraria.

Os ganhos resultantes das operações financeiras são importantes, pelo que as alterações das taxas de juro têm um impacto direto na receita financeira da Empresa.

Com o propósito de reduzir o impacto do risco de taxa de juro, a Empresa acompanha numa base regular e sistemática as tendências de mercado, com vista a alavancar a relação prazo/ taxa por um lado e risco/ rentabilidade por outro.

As aplicações dos excedentes de tesouraria, beneficiaram de um rendimento financeiro de, aproximadamente, 240.462 Euros no período de 2012.

Risco cambial

A Empresa detém créditos sobre a PayShop de Moçambique expressos em dólares americanos no montante de 978.471 dólares. Uma vez que estes créditos estão cobertos integralmente por perdas de imparidade, o risco não é significativo.

Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os fluxos de caixa obtidos de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos e a remuneração do acionista. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações e nas disponibilidades de caixa, a Empresa entende que tem capacidade para cumprir as suas obrigações.

As principais obrigações contratuais da Empresa são as relacionadas com as locações operacionais e outros compromissos financeiros não contingentes.

Em 31 de dezembro de 2012 as obrigações relacionadas com locações operacionais eram as seguintes:

	Até 1 ano	Mais de 1 ano e menos de 5 anos	Mais 5 anos	Total
Obrigações com locações operacionais	58.984	11.886	-	70.871
Total de obrigações contratuais	58.984	11.886	-	70.871

11. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, as rubricas “Clientes” e “Outras contas a receber” apresentavam a seguinte composição:

	2012			2011		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida
Clientes						
Correntes	1388.034	(109.929)	1278.105	1738.677	(52.515)	1686.162
Não correntes	-	-	-	-	-	-
	<u>1388.034</u>	<u>(109.929)</u>	<u>1278.105</u>	<u>1738.677</u>	<u>(52.515)</u>	<u>1686.162</u>
Outras contas a receber						
Correntes	127.747	(1086.743)	41004	1042.533	(1030.969)	11564
Não correntes	-	-	-	-	-	-
	<u>127.747</u>	<u>(1086.743)</u>	<u>41004</u>	<u>1042.533</u>	<u>(1030.969)</u>	<u>11564</u>
	<u>2.515.781</u>	<u>(1.196.672)</u>	<u>1.319.109</u>	<u>2.781.210</u>	<u>(1.083.484)</u>	<u>1.697.726</u>

Clientes

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a antiguidade do saldo do item “Clientes” é detalhada conforme se segue:

	2012			2011		
	Empresas do Grupo	Outros clientes	Total	Empresas do Grupo	Outros clientes	Total
Cientes						
Saldo não vencido	167.947	1076.827	1234.774	169.913	1241.291	1411.204
Saldo vencido:						
0-30 dias	-	-	-	-	-	-
30-90 dias	-	43.821	43.821	-	212.847	212.847
90-180 dias	-	-	-	-	-	-
180-360 dias	20.943	-	20.943	-	24.528	24.528
> 360 dias	37.558	50.937	88.495	38.310	51.788	90.098
	<u>216.448</u>	<u>1171.586</u>	<u>1388.034</u>	<u>208.223</u>	<u>1530.454</u>	<u>1738.677</u>

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de “Outras contas a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	2012	2011
Corrente		
Payshop Moçambique	689.762	701.912
Agentes contas a receber	396.981	329.057
Outros	41.004	11.564
	<u>1.127.747</u>	<u>1.042.533</u>

Imparidade em clientes, outras contas a receber e Acionistas /Sócios

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o movimento ocorrido em “Perdas por imparidade acumuladas” (Nota 13) foi como segue:

	2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências/ Utilizações	Saldo final
Clientes	52.515	58.440	(1.026)	-	109.929
Outras contas a receber	1.030.968	126.051	(57.404)	(12.872)	1.086.743
Acionistas	177.286		(1.494)		175.792
	<u>1.260.769</u>	<u>184.491</u>	<u>(59.923)</u>	<u>(12.872)</u>	<u>1.372.464</u>

	2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências/ Utilizações	Saldo final
Clientes	50.998	1.517	-	-	52.515
Outras contas a receber	576.991	101.158	(38.992)	391.811	1.030.968
Acionistas	-	177.286			177.286
	<u>627.989</u>	<u>279.961</u>	<u>(38.992)</u>	<u>391.811</u>	<u>1.260.769</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, foram registadas perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) em dívidas a receber no montante de 124.568 Euros e 240.969 Euros, respetivamente, na rubrica de “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”.

Em 2011, reconheceu-se ainda a imparidade referente à parte da dívida da PayShop de Moçambique que não foi objeto de pagamento à CTT GEST no montante de 391.811 Euros. Esta operação não implicou o reconhecimento de gastos.

O valor de 124.568 Euros refere-se às seguintes imparidades reconhecidas em 2012:

- 68.647 Euros de dívida de agentes PayShop (valor líquido)
- 55.920 Euros de dívidas da PayShop Moçambique (valor líquido)

12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a rubrica “Diferimentos” do ativo corrente apresentava a seguinte composição:

	2012	2011
Diferimentos ativos (Gastos a reconhecer)		
Correntes		
Outros (Seguros, etc.)	5.601	28.830
	<u>5.601</u>	<u>28.830</u>

13. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidades acumuladas:

	2012				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências/ Utilizações	Saldo final
<i>Goodwill (Nota 7)</i>	235.946	-	-	-	235.946
Associadas (Nota 11)	177.286		(1.494)	-	175.792
Cientes e outras contas receber (Nota 11)	<u>1.083.483</u>	<u>184.491</u>	<u>(58.430)</u>	<u>(12.872)</u>	<u>1.196.672</u>
	<u>1.496.715</u>	<u>184.491</u>	<u>(59.923)</u>	<u>(12.872)</u>	<u>1.608.410</u>

	2011				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Transferências/ Utilizações	Saldo final
<i>Goodwill (Nota 7)</i>	235.946	-	-	-	235.946
Associadas (Nota 11)	-	177.286	-	-	177.286
Cientes e outras contas receber (Nota 11)	<u>627.989</u>	<u>102.675</u>	<u>(38.992)</u>	<u>391.811</u>	<u>1.083.483</u>
	<u>863.935</u>	<u>279.961</u>	<u>(38.992)</u>	<u>391.811</u>	<u>1.496.715</u>

O reforço da imparidade da rubrica “Clientes e outras contas a receber” efetuado em 2012 no montante de 184.491 Euros, diz respeito a Agentes com valores por regularizar no valor de 126.051 Euros, a créditos sobre a PayShop Moçambique no valor de 20.943 Euros e outros clientes no valor de 37.498 Euros.

Dos 58.430 Euros registados em reversões na rubrica de “Clientes e outras contas a receber”, 45.254 Euros dizem respeito a regularizações de Agentes e os restantes a reversões ocorridas por atualizações cambiais nas dívidas da PayShop Moçambique.

A imparidade da rubrica “Acionistas/sócios” refere-se à totalidade dos empréstimos concedidos à PayShop Moçambique, tendo sido sujeita a atualização cambial em 2012.

14. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO

Capital

Em 31 de dezembro de 2012 o capital da Empresa era composto por 300.000 ações com o valor nominal de 5 Euros cada, sendo detido na totalidade pelos CTT e encontra-se totalmente realizado.

15. RESERVAS E OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de “Reservas legais” apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo inicial	300.000	300.000
Saldo final	<u>300.000</u>	<u>300.000</u>

Resultados transitados

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo inicial	428.986	428.986
Outras variações (distribuição ao acionista)	(428.986)	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>428.986</u>

16. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral realizada em 11 de Maio de 2012, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de 19,08 Euros referente ao período de 2011, tendo sido pago o dividendo total de 5.724.866 Euros no mês de Junho de 2012, relativo ao resultado líquido de 2011 no montante de 5.295.880 Euros e aos resultados transitados no montante de 428.986 Euros.

Na Assembleia Geral realizada em 20 de Maio de 2011, foi aprovada a distribuição de um dividendo por ação de 13,91 Euros referente ao período de 2010, tendo sido pago o dividendo total de 4.172.646 Euros no mês de Junho de 2011.

17. RESULTADOS POR AÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, os resultados por ação foram calculados como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado líquido do período	4.916.327	5.295.880
Nº médio de acções ordinárias	300.000	300.000
Resultado líquido por acção	<u>16,39</u>	<u>17,65</u>

18. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Provisões

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, as “Provisões” constituídas pela Empresa tiveram o seguinte movimento:

	<u>2012</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Saldo final</u>
Provisões não correntes				
Dívidas Payshop Moçambique	-	173.131	-	173.131
Participações financeiras	<u>222.205</u>	<u>14.451</u>	<u>(15.841)</u>	<u>220.815</u>
	<u>222.205</u>	<u>187.581</u>	<u>(15.841)</u>	<u>393.946</u>

	<u>2011</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reversões</u>	<u>Saldo final</u>
Provisões não correntes				
Participações financeiras	<u>226.164</u>	<u>28.912</u>	<u>(32.871)</u>	<u>222.205</u>
	<u>226.164</u>	<u>28.912</u>	<u>(32.871)</u>	<u>222.205</u>

As utilizações respeitam a quantias utilizadas no período por ocorrência das situações provisionadas. As reversões respeitam a anulações por as quantias provisionadas se revelarem desnecessárias.

A provisão para participações financeiras corresponde à assunção pela Empresa de obrigações legais ou construtivas relativas à associada PayShop Moçambique.

O valor de 15.841 Euros corresponde à atualização do câmbio dos capitais próprios negativos à data da aquisição da participação na PayShop Moçambique.

O montante de 14.451 Euros representa o contravalor dos resultados negativos evidenciados nas contas de março de 2012, últimas disponibilizadas à data do fecho, da PayShop Moçambique.

O aumento verificado no montante de 173.130 Euros, diz respeito à assunção por parte da Empresa de valores a regularizar com clientes da PayShop Moçambique.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Empresa tinha assumido compromissos por garantias prestadas a terceiros para cobertura de concursos promocionais no montante de 14.000 Euros e 20.000 Euros respetivamente.

O detalhe das garantias prestadas era como segue:

Descrição	2012	2011
Garantias bancárias solicitadas pela empresa a favor de terceiros:		
Governo civil de Lisboa	-	20.000
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	50.000	-
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	14.000	-
	<u>64.000</u>	<u>20.000</u>

No período findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa não assumiu outros compromissos além dos que se encontram relevados nas presentes demonstrações financeiras.

19. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a Empresa mantém responsabilidades de médio e longo prazo em contratos de locação operacional, com cláusula de penalização em caso de cancelamento. O montante total dos pagamentos futuros respeitante a locações operacionais é o seguinte:

	2012	2011
Até 1 ano	58.984	37.606
Entre 1 ano e 5 anos	11.886	19.090
A mais de 5 anos	-	-
	<u>70.871</u>	<u>56.696</u>

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2012 e a 31 de dezembro de 2011, os gastos incorridos com contratos de locação operacional foram de 37.343 Euros e 43.362 Euros, respetivamente, e encontram-se reconhecidos em “Rendas e alugueres” na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” da Demonstração dos resultados por natureza (Nota 24).

20. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a antiguidade do saldo da rubrica de “Fornecedores” era conforme se segue:

	2012			2011		
	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Total	Empresas do Grupo	Outros fornecedores	Total
Fornecedores, conta corrente:						
Não vencido	188.680	436.552	625.233	201.682	500.535	702.217
0-30 dias	-	24.292	24.292	-	-	-
30-90 dias	-	-	-	-	-	-
90-180 dias	-	-	-	-	1.069	1.069
180-360 dias	-	-	-	-	2.375	2.375
> 360 dias	-	8.034	8.034	-	6.110	6.110
	<u>188.680</u>	<u>468.879</u>	<u>657.559</u>	<u>201.682</u>	<u>510.089</u>	<u>711.771</u>

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o detalhe da rubrica “Outras contas a pagar” era conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Corrente		
Fornecedores de investimento	9.779	-
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	92.981	60.000
Campanhas incentivo p/agentes	249.291	303.355
Outros	21.165	85.179
Outros credores		
Outros	43.868	4.806
	<u>417.084</u>	<u>453.340</u>

Em 2012 o montante de 50.363 Euros representa o valor das férias vencidas em 31 de dezembro de 2012 a pagar em 2013. O valor de 249.291 Euros refere-se aos pontos vencidos e ainda não utilizados pelos agentes no âmbito do “Prémio Club P”, programa de incentivo às vendas pelos agentes da rede PayShop.

21. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Passivo corrente	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	17.025	12.260
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	7.741	9.239
Imposto sobre o valor acrescentado	253.957	314.969
Contribuições para a Segurança Social	16.703	17.874
	<u>295.426</u>	<u>354.342</u>

O passivo corrente relativo ao imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (Nota 30) que se encontra refletido na rubrica de “Acionistas/sócios e empresas do Grupo”, uma vez que a Empresa está abrangida pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (nota 3.13), foi apurado como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Estimativa de imposto (Nota 30)	2.061.398	2.142.188
Pagamentos por conta	(1.784.139)	(1.570.968)
Retenção na Fonte	(63.398)	(73.652)
	<u>213.862</u>	<u>497.568</u>

22. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, as categorias significativas do rédito da Empresa eram as seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Prestação de serviços	14.805.658	15.445.654
	<u>14.805.658</u>	<u>15.445.654</u>

23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” era conforme se segue:

	2012	2011
Juros obtidos	275.331	345.536
Rendimentos suplementares	186.357	319.535
Diferenças de câmbio favoráveis de ativos e passivos diferentes de financiamento	15.841	23.985
Outros	4.427	6.958
	<u>481.956</u>	<u>696.014</u>

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Serviços especializados		
Comissões	3.486.543	3.598.541
Pessoal cedido	178.739	249.662
Publicidade	407.049	513.630
Call center	162.424	166.483
Data center	134.755	134.755
Conservação e reparação	16.205	15.462
Outros serviços especializados	47.409	46.089
Materiais	107.433	122.674
Energia e fluídos	37.870	33.248
Deslocações	5.941	4.807
Serviços diversos		
Rendas e alugueres		
Aluguer operacional (Nota 19)	37.343	43.362
Outras rendas e alugueres	65.355	43.692
Comunicação	749.510	822.445
Royalties	886.055	920.277
Outros serviços	300.375	272.183
	<u>6.623.005</u>	<u>6.987.310</u>

25. GASTOS COM PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de “Gastos com o pessoal” tinha a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Remunerações dos órgãos sociais (Nota 5)	11.850	7.650
Remunerações do pessoal	677.147	719.438
Indemnizações	40.000	27.150
Encargos sobre remunerações	152.620	171.066
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	1.184	4.225
Gastos de acção social (seguros de saúde e higiene no trabalho)	<u>11.625</u>	<u>15.409</u>
	<u>894.427</u>	<u>944.938</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração era composto por 3 elementos pertencentes aos quadros de outras Empresas do Grupo, conforme consta do Relatório do Governo da Sociedade anexo ao Relatório e Contas.

Remunerações dos órgãos sociais

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as remunerações fixas atribuídas aos membros do Conselho de Administração da Empresa, foram as seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Conselho Fiscal/Fiscal Único		
Remunerações fixas	<u>11.850</u>	<u>7.650</u>
	<u>11.850</u>	<u>7.650</u>

26. DEPRECIAÇÕES/ AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADE DE INVESTIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, o detalhe das “Gastos/ reversões de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativos fixos tangíveis		
Depreciações (Nota 6)	220.859	284.705
Ativos intangíveis		
Amortizações (Nota 8)	<u>40.000</u>	<u>40.000</u>
	<u>260.859</u>	<u>324.705</u>

27. OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” era conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Serviços bancários	180.284	187.312
Impostos e taxas	15.705	20.037
Diferenças de câmbio	14.669	28.913
Outros gastos e perdas	8.281	1.475
Dívidas incobráveis	<u>86</u>	<u>812</u>
	<u>219.025</u>	<u>238.549</u>

28. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Juros e gastos similares suportados” encontrava-se detalhada como se segue:

	2012	2011
Juros suportados		
Financiamentos bancários	174	-
Outros gastos de financiamento	250	-
	<u>424</u>	<u>-</u>

29. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a Empresa reconheceu as seguintes diferenças de câmbio:

	2012	2011
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Actividades de investimento		
Outros gastos e perdas	14.669	28.913
	<u>14.669</u>	<u>28.913</u>
Diferenças de câmbio favoráveis		
Actividades de investimento		
Outros rendimentos e ganhos	15.841	23.985
	<u>15.841</u>	<u>23.985</u>

As diferenças de câmbio reconhecidas referem-se a operações com a PayShop Moçambique.

30. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 25%, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama

estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 Euros, atingindo-se uma taxa máxima agregada de cerca de 29,5%.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011, a reconciliação entre o montante resultante da aplicação da taxa nominal de imposto ao resultado antes de impostos e o gasto com imposto sobre o rendimento foi como segue:

	2012	2011
Resultado antes de impostos	A 6.977.725	7.438.068
Taxa nominal de imposto até 12.500€	-	12,5%
Taxa nominal de imposto superior 12.500€	-	25,0%
Taxa nominal de imposto	25,0%	-
Imposto esperado	1.744.431	1.857.955
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais	(42.748)	(56.593)
Acertos Payshop Moçambique	(1.390)	(27.493)
Perdas por imparar. n/fiscalmente dedutíveis	23.363	197.386
Impar. invest n/ depreciáveis	-	-
Provisões n/fiscalmente dedutíveis	173.130	-
Outras situações, líquidas	5.115	4.117
Total de acertos	B 157.470	117.417
Lucro tributável	A+B 7.135.196	7.555.485
Colecta	1.783.799	1.887.309
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	1.516	2.660
Ajustamentos à colecta - Derrama Municipal	107.028	113.332
Ajustamentos à colecta - Derrama Estadual	169.056	138.887
Impostos sobre o rendimento do período	2.061.398	2.142.188
Taxa efetiva de imposto	29,54%	28,80%
Impostos sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	2.061.398	2.142.188
	2.061.398	2.142.188

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. As únicas declarações fiscais da Empresa que podem ser sujeitas a revisão são as de 2010, uma vez que as anteriores àquela data já foram sujeitas a inspeção tributária.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

31. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

A Empresa subscreveu um seguro de responsabilidade civil destinado a assegurar a cobertura de responsabilidades ambientais decorrentes da transposição para o ordenamento jurídico português, através do Decreto-Lei n.º14/2008 de 29 de Julho, da Diretiva relativa à responsabilidade administrativa pela prevenção e reparação de danos ambientais, nomeadamente, (i) danos causados às espécies e habitats naturais protegidos, (ii) danos causados à água e contaminação do solo através de poluição que criem um risco significativo à saúde humana.

32. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

No seguimento do Acórdão n.º 187/2013 em que foram consideradas inconstitucionais as suspensões do subsídio de férias previstos nos art.º 29º e 77º da Lei do Orçamento de Estado para 2013, o Grupo decidiu reconhecer nas contas do presente exercício económico a respetiva responsabilidade estimada em cerca de 47 mil Euros.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa e autorizadas para emissão em 23 de Abril de 2013. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2012 a atividade da PAYSHOP (Portugal), SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da PAYSHOP (Portugal), SA e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

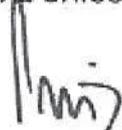
Assim, propomos:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo da PAYSHOP (Portugal), SA, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 29 de abril de 2013

O FISCAL ÚNICO



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da PAYSHOP (Portugal), SA (adiante também designada por Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 8 694 968 euros e um total de capital próprio de 6 717 092 euros, incluindo um resultado líquido de 4 916 327 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

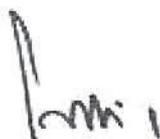
Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da PAYSHOP (Portugal), SA, em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 29 de abril de 2013



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC